

**Livro didático e currículo de História:
Estudo comparativo entre livros didáticos de história dos anos 1980 e os atuais**

*Lígia M. Coelho Silva

RESUMO

Esse estudo teve o objetivo de realizar uma análise do livro didático e do currículo de História. Para atingir esse objetivo por intermédio de uma revisão de literatura realizou-se um comparativo entre livros didáticos de história dos usados nos anos 1980 e os atuais. Após a realização dessa revisão, sentiu-se a necessidade de aprofundar os achados na literatura com a realização de uma pesquisa de campo, assim lançamos mão de uma pesquisa utilizando uma abordagem quantitativa-qualitativa-descritiva. Para atender a metodologia proposta, visando ainda à fidelidade dos resultados obtidos, evitando distorções, foram entrevistados três (3) professores licenciados em História e (45) alunos. Assim, a resposta dada pela pesquisa acadêmica mostrou que os problemas de inadequação do livro didático de História ainda persistem não apenas em conteúdo, mas também pelo uso de propostas metodológicas tradicionais já defasadas, portanto, a atenção e críticas de professores para analisar e usar livros em suas aulas deve enfatizar a necessidade de melhorar a ação do professor no processo de seleção e uso de manuais de ensino, uma vez que os professores que fazem a mediação com o conhecimento em sala de aula. Concluiu-se que é desejável e necessário que os livros sejam transformados em objetos de pesquisa na formação inicial e contínua dos professores de História, para que a qualidade do ensino seja sempre uma busca constante nos meandros educacionais.

Palavras-chaves: Livro Didático. História. Ensino

**Libro didáctico y currículo de historia:
Estudio comparativo entre libros didácticos de historia de los años 1980 y los actuales**

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo llevar a cabo un análisis de los libros didácticos de Historia. Para lograr este objetivo a través de una revisión de la literatura se llevó a cabo una comparación entre los libros de Historia utilizados en las décadas de 1980 y el presente. Después de la finalización de esta revisión de literatura, sentimos la necesidad de profundizar los hallazgos con la realización de una investigación de campo, por lo que echamos mano de una encuesta utilizando un enfoque descriptivo cuantitativo y cualitativo. Para cumplir con la metodología propuesta, con el objetivo de fomentar la lealtad de los resultados, evitando distorsiones se entrevistó a tres (3) maestros con licencia en Historia (45) y estudiantes. Por lo tanto, la respuesta dada por la investigación académica ha demostrado que las deficiencias didáctico de Historia todavía persisten no sólo en su contenido sino también por el uso de propuestas metodológicas tradicionales ya obsoletos, por lo que la atención y las críticas de los maestros para analizar y utilizar los libros en sus clases debe hacer hincapié en la necesidad de mejorar la acción del profesor en el proceso de selección y uso de libros didácticos, ya que los maestros que median con el conocimiento en el aula. Se concluyó que es deseable y necesario que los libros se convierten en objetos de la investigación en la formación inicial y continua de los profesores de Historia, por lo que la calidad de la enseñanza es siempre una búsqueda constante en meandros educativos.

Palabras clave: Libro dictáticos. Historia. Educación.

**Textbook and curriculum of History:
Comparative study of textbooks of history from the 1980s and current**

ABSTRACT

This study aimed to analyze the didactic book and history curriculum. To achieve this goal through a literature review, a comparison was made between textbooks of history used in the 1980s and the present. After this review, it was felt the need to deepen the findings in the literature with the accomplishment of a field research, so we used a research using a quantitative-qualitative-descriptive approach. In order to meet the proposed methodology, aiming at the fidelity of the obtained results, avoiding distortions, three (3) professors graduated in History and (45) students were interviewed. Thus, the answer given by the academic research showed that the problems of inadequacy of the textbook of History still persist not only in content, but also by the use of traditional methodological proposals already lagged, so the attention and criticism of teachers to analyze and use books in his classes should emphasize the need to improve teacher action in the process of selection and use of teaching manuals, since the teachers who mediate with the knowledge in the classroom. It was concluded that it is desirable and necessary that the books be transformed into objects of research in the initial and continuous formation of History teachers, so that the quality of teaching is always a constant search in the educational meanders.

Keywords: Didactic Book. History. Teaching.

INTRODUÇÃO

A moderna exigência da melhoria da qualidade do ensino atinge também a prática pedagógica dos docentes.

Os tempos mudaram, assim como as escolas e as aulas tradicionais, apenas para passar conteúdos, já não são mais o atrativo para os alunos. Atualmente, é necessário muito mais do que isso para que as aulas alcance seus objetivos previamente planejados.

A melhoria da educação se torna possível na medida em que o professor se conscientiza de que o importante não é saber a forma e quais conteúdos aplicar, e sim o que os “alunos necessitam para se tornarem cidadãos profissionais competentes numa sociedade contemporânea” (MASETTO, 1998, p.12).

Assim, cabe ao educador rever o seu fazer pedagógico e aprender transformar sua prática. Os objetivos da educação na formação dos alunos não podem ser alcançados apenas com o uso de métodos explicativos e ilustrativos, e estes por si só não devem garantir

plenamente a formação de futuros especialistas necessários no que se refere aos problemas que surgem diariamente. É essencial introduzir no sistema educacional, métodos que satisfaçam, novas metas e tarefas, onde seja destacada a importância da qualidade da educação.

É manifesto, além disso, que os alunos desejam ter um ensino que lhes dê prazer, motivação, divertimento ao mesmo tempo em que aprendem e desenvolvem suas capacidades e habilidades necessárias para inserção no meio social. Diante dessa realidade, devemos ter sempre em mente a fase em que o aluno se encontra, para podermos selecionar livros didáticos que sejam mais motivantes.

O que se busca aqui é por a descoberta, a da presença da motivação no ensino, especialmente nos livros didáticos de História. A análise do corpus tem como particularidade apresentar um recorte originado da relação do analista com aspectos que constituem o referencial teórico desta investigação, dialogando-se, assim, com estudiosos que têm se debruçado o que propõe o PNLD – Plano Nacional de Livro Didático, os PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais, em relação aos objetivos do ensino de História.

Assim sendo, o objetivo deste trabalho é desenvolver uma investigação que possa identificar o Livro didático e currículo de história: estudo comparativo entre livros didáticos de história dos anos 1980 e os atuais.

*Graduada em História pela Universidade estadual do Sudoeste da Bahia, Mestranda em Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales Dirección de Postgrados, profesora da rede Estadual da Bahía, atuando no ensino Fundamental e Médio. E-mail: lmcscoelho01@gmail.com

O livro didático

Ultimamente, não basta apresentar a informação ao aluno, é necessário ir além dessa perspectiva. Desse modo o livro didático de História, deve trazer no seu bojo para o processo de ensino-aprendizagem, leituras e atividades de modo que, a informação seja transformada em conhecimento significativo para o aluno, ou seja, aquilo que ele aprender realmente atinja outras esferas vivenciando o conhecimento na prática.

Assim, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 67), o livro didático é um material de forte influência na prática de ensino brasileiro. Esses livros são instrumentos de aprendizagem comumente utilizados em instituições de ensino particulares e públicas em todo o país. No entanto, essa ferramenta deveria servir apenas como auxílio para o trabalho do professor. Porém, nem sempre é isso o que ocorre, pois, em muitos casos, o material didático é a única ferramenta de que dispõe o professor em sala de aula.

A realidade educacional brasileira é bastante heterogênea: ao mesmo tempo em que há movimentos em torno de uma educação voltada para a prática

social, que se apropria da realidade como instrumento pedagógico e que faz do livro didático, material de auxílio ao processo ensino-aprendizagem, devidamente contextualizado, este mesmo livro, em outras situações, continua a ser a única referência para o trabalho do professor, passando a assumir até mesmo o papel de currículo e de definidor das estratégias de ensino. (PNLD, 2010, p. 28).

Nesse contexto, o livro didático deve ser um instrumento pedagógico que seja capaz de proporcionar atividades lúdicas para ajudá-lo na construção do conhecimento e, ao mesmo tempo, contribuir para um ensino de qualidade (FEIJÓ, 1992). A inserção de práticas lúdicas, além de motivá-los, atribui à aprendizagem um caráter interativo, ou seja, a aula torna-se instigante, ocorre a integração entre a turma, o professor e o conteúdo. Além disso, há o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita desvinculando-se de práticas tradicionais.

Conforme, Antunes (2010, p. 14), “A aprendizagem é tão importante quanto o desenvolvimento social e o livro didático constitui uma ferramenta pedagógica ao mesmo tempo promotora do desenvolvimento cognitivo e social.”

Conforme prevê nos PCNs, a escola deve ser um espaço de informação para que o aluno possa construir o conhecimento a partir da interação com o objeto e a mediação; nesse sentido, pode ser inserida e tornar-se um instrumento eficiente na formação do aluno.

Segundo os PCNs (1998), o objetivo de História no 3º e 4º ciclo é:

- Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país;
- Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- Conhecer o próprio corpo e dele cuidar, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;

- Utilizar as diferentes linguagens verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal como meio para produzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;
- Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;
- Questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

A educação dada em sala de aula deve estimular o desenvolvimento da inteligência espacial. Segundo Antunes (2010, p. 110):

A inteligência espacial se manifesta pela capacidade em se perceber formas iguais ou diferentes em objetos apresentados sob outros ângulos, em identificar o mundo visual com precisão, em efetuar transformações sobre suas próprias percepções, em imaginar movimentos ou deslocamento entre partes de uma figuração, em se orientar no espaço e em ser capaz de recriar aspectos da experiência visual, mesmo distante de estímulos relevantes.

Essa inteligência pode ser explorada com atividades nos livros didáticos em que o aluno precise se situar e/ou traçar caminhos e estratégias.

Por último, a inteligência pessoal consiste na descoberta da própria individualidade e na aquisição de forma de relacionamento consigo e com os outros. Essa inteligência é contemplada em toda proposta lúdica independente se é desenvolvida no individual ou no coletivo. Por isso, o livro didático das séries finais do ensino fundamental precisa incluir atividades lúdicas em seus conteúdos.

A influência do livro didático na prática de ensino brasileiro é inegável, contudo, e, é claro, que o professor não deve deixar de buscar outras fontes para enriquecer o trabalho pedagógico, a fim de que seus alunos tenham múltiplas experiências, além daquelas presentes no material didático, que continua sendo uma peça importante no ensino e, em algumas realidades brasileiras, praticamente a única.

O livro didático, em qualquer disciplina, é um instrumento fundamental (às vezes praticamente único) do acesso da criança à leitura e à cultura letrada. Em sua maioria oriunda de camadas populares, meninos e meninas da escola pública fazem parte de uma cultura que a escola vem desconhecendo e, em muitos casos, negando. (PNLD, 2010, p. 13).

Com o passar dos anos o livro didático passou a fazer parte do ambiente escolar, sendo querido por alguns professores e também odiado por outros. Nesse relato sobre a história do Livro Didático, percebe-se que há sempre o cuidado de entender que o professor deve ser soberano sobre o livro didático e o que garante bons resultados é a utilização do material

didático em cada escola. O que dá a um livro o seu caráter e qualidade didático-pedagógicos é, mais que uma forma própria de organização interna, o tipo de uso que se faz dele; e os bons resultados também dependem diretamente desse uso.

Logo, convém não esquecer: um livro, entendido como objeto, é apenas um livro. O que pode torná-lo atraente é o uso adequado à situação particular de cada escola. Podemos exigir – obter – bastante de um livro, desde que conheçamos bem nossas necessidades e sejamos capazes de entender os limites do livro didático (LD) e ir além dele. (PNLD, 2010, p. 11).

Segundo Silva (2006, p.49), o papel do professor é indispensável nesse processo de ensino e de aprendizagem, ainda que o material didático tenha qualidade em termos teórico-metodológicos e em termos textuais, sempre haverá lacunas, por isso, cabe ao professor o poder e o dever de lançar mão de outros materiais, ou mesmo do próprio LD, e realizar inserções próprias, aprofundando a relação existente entre aluno, professor e livro didático.

Observa-se que, ao longo do tempo, o livro didático sobrevive à era da Informática, e perpassa várias gerações com o objetivo de trazer conhecimento a professores e alunos e contribuir com a organização do processo de ensino e de aprendizagem.

O livro didático e as práticas pedagógicas

Assim como a escola, o material escolar tem uma especial importância no processo pedagógico. E, essencialmente, dentre o conjunto de objetos – cadernos, lápis, canetas, vídeo, mapas, jornais, revistas, rélias, entre tantos, o *livro didático* (LD) é um dos recursos que mais influem diretamente na aprendizagem.

O livro didático pode se constituir num dispositivo de mudança nas práticas pedagógicas, um organizador das propostas pedagógicas, e ainda, um elo de transformação da relação pedagógica, permitindo, até, a independência do estudante que poderá se tornar um autodidata, com acesso aos conteúdos curriculares. Um recurso que não apenas concentra planos de estudos vigentes, mas também consegue, muitas vezes, melhorar a qualidade das aulas, graças a sua proposta didática, dependendo, é claro, da estrutura e da ordem escolhida pelos autores.

Embora seja um instrumento amplamente acessível para a transparência de conhecimentos e competências – um fator de melhoria na aprendizagem – pode se tornar também um instrumento de poder, quando na mão de jovens ainda manipuláveis e pouco críticos, vislumbrando uma unificação nacional, linguística, cultural e ideológica. Para a realização da análise do *corpus* serão adotadas as conceituações de livro didático a partir dos olhares da historiadora Circe Bittencourt (2004, 2005, 2014); da ensaísta, pesquisadora e crítica

literária Marisa Lajolo (2016); e do historiador, educador e pesquisador francês, Alain Choppin (2009).

Bittencourt (2005) ressalta que o livro didático pode representar o saber oficial imposto por determinados segmentos detentores do poder e constituir um instrumento de reprodução de ideologias. Nesta posição, o livro didático pode distorcer e influenciar a prática docente e a experiência do educando. Contudo, o livro didático extrapola seu papel ideológico, de veículo de sistema de valores e culturais, e se constitui um mediador do processo de aquisição do conhecimento escolar e conceitos, um facilitador do domínio das informações e da linguagem de cada disciplina, um suporte ao conhecimento escolar e aos métodos pedagógicos.

Material pedagógico mais utilizado na história da educação no Brasil é também um produto mercadológico, sujeito às técnicas, regras e lógica de fabricação, circulação e comercialização capitalistas. Influenciado tanto pelas demandas do mercado quanto pelas diretrizes educacionais do governo e pelo contexto cultural do momento de sua elaboração, o livro didático sistematiza o conhecimento escolar, constituindo um instrumento pedagógico produtor de técnicas de aprendizagem por meio de exercícios, questionários, leituras complementares e outras atividades. De fácil identificação e difícil definição, o livro didático, por integrar o sistema de ensino institucionalizado, é também um instrumento do controle estatal sobre o ensino, uma vez que o Estado se faz presente na sua elaboração, nos critérios de avaliação e é ele mesmo, um consumidor de livros didáticos (BITTENCOURT, 2004).

No Brasil, o livro didático faz parte da educação há aproximadamente 200 anos, tendo passado por transformações e acompanhado as mudanças do currículo e da sociedade. Hoje suas páginas apresentam novos protocolos de leitura e recursos visuais, e estabelecem ligação entre o conteúdo escrito e o conteúdo da *internet*. Elaborado para o professor, tem nele seu alvo principal e um intermediário que desempenha papel fundamental; o livro didático depende do uso que dele é feito. Ferramenta essencial ao trabalho do professor apresenta o que se deve ensinar e como se deve ensinar. (BITTENCOURT, 2010).

A delicada situação da educação brasileira faz com que o livro didático, segundo Lajolo (1996), atue como um determinador de conteúdos e estratégias de ensino e represente um papel importante na qualidade do resultado do processo ensino-aprendizagem. Para que atinja sua função didática, é necessária uma atenção especial ao uso que se faz dele, ou seja, deve ser utilizado em ambiente de sala de aula (coletividade), sob orientação de um professor, de forma sistemática.

Sua eficiência depende não apenas das informações verbalizadas explicitamente, mas da impressão, da encadernação, das ilustrações, diagramas, tabelas, atitudes etc., em concordância aos padrões de conhecimento da sociedade e do projeto de educação da escola, pois é por meio do livro didático que o aluno constrói e alteram significados, forma condições de questionar o conhecimento ensinado como legítimo e torna-se crítico.

A autora faz duas ressalvas ao papel do livro didático no processo ensino-aprendizagem. A primeira ressalva feita por Lajolo (1996) é que o livro didático, por mais importante, é apenas um auxiliar e precisa ser adaptado ao contexto de cada sala de aula; cada um proporciona uma leitura diferente.

Sua outra ressalva é que um magistério despreparado e mal remunerado não apresenta condições mínimas para escolher, analisar, tampouco criticar livros didáticos.

O terceiro autor escolhido para conceituar o livro didático, Choppin (2009) considera o livro didático um instrumento pedagógico de longa tradição que, por isso mesmo, registra as estruturas, os métodos e as condições de ensino de seu tempo, constituindo um suporte dos conhecimentos escolares, um instrumento pedagógico ao mesmo tempo em que um portador de ideologias, valores e cultura. Para ele, o livro didático estabelece um importante elo entre a família do educando e sua escola, revelando o conteúdo ensinado e possibilitando que a criança seja acompanhada e auxiliada no ambiente familiar na realização de suas tarefas escolares. Elaborados especificamente para o ensino e o aprendizado de determinada disciplina no contexto escolar, o livro didático é um produto do sistema educacional do Estado, em conformidade com este e apresenta, interpreta, aborda e conceitua o conteúdo da disciplina de maneira cultural, política e social.

É o livro didático que convidará o aluno a refletir, discutir e interagir com o texto literário ou, então, apenas transmitirá o conhecimento fazendo com que ele o aceite passivamente sem promover sua participação no processo de aprendizado. Ele contextualizará sócio historicamente a literatura africana, por exemplo, reafirmando a cada página o seu compromisso em formar leitores literários ou apenas passeará superficialmente pelos temas.

O Plano Nacional do Livro Didático - PNLD

Estudos de Berstein tem sido apoio de diversas pesquisas de políticas curriculares e o conceito de recontextualização que ajudam na compreensão de documentos educacionais oficiais como o PNLD. Sem dúvida, o livro é uma fonte de desenvolvimento social e cultural. É por isso que, enquanto os seus benefícios alcancem toda a sociedade, o Estado intervém neste setor através de várias formas como as criações de diretrizes curriculares com os seus conteúdos obrigatórios e transversais.

Eles atingem todos os elos que compõem a cadeia do livro: criadores, editores, impressoras, distribuidores, livreiros e leitores. De acordo com as considerações de especialistas, a política do livro deve começar a partir do consenso entre o Estado e o setor privado e considerar a posição estratégica do livro, ambos os assuntos econômicos e culturais.

Eles têm de um quadro integrando todas as medidas legais relacionados com o livro em um único instrumento legislativo e expandir a formação de recursos humanos (GERALDI, 2007).

Para regular o conteúdo dos livros didáticos no Brasil foi estabelecido, o PNLD que foi criado pela instituição do decreto 91.542 de 19 de agosto de 1985 passando a integrar as políticas públicas para a Educação com objetivo de adquirir e distribuir gratuitamente livros didáticos para os alunos do Ensino Fundamental de escolas públicas Brasileiras (TEBEROSKY, 2008).

O Ministério da Educação pontua que o objetivo do PNLD é subsidiar o trabalho pedagógico por intermédio da distribuição de livros didático a alunos de toda a Educação básica. O PNLD faz-se essencial atualmente tanto por regular o fornecimento de livros didáticos para os alunos da educação básica pública, bem como avaliar os currículos que estão sendo empregados nas escolas.

Sem dúvida, o livro é uma fonte de desenvolvimento social e cultural. Da mesma forma, este benefício econômico dado à natureza da indústria exige garantias e incentivos para o seu desenvolvimento. É por isso que, enquanto os seus benefícios alcancem toda a sociedade, o Estado intervém neste setor através de várias fórmulas.

Ele atinge (o Estado) todos os elos que compõem a cadeia do livro: criadores, editores, impressoras, distribuidores, livreiros e leitores. De acordo com as considerações de especialistas, a política do livro deve começar a partir do consenso entre o Estado e o setor privado e considerar a posição estratégica do livro, ambos os assuntos econômicos e culturais. O Estado tem de um quadro integrando todas as medidas legais relacionadas com o livro em um único instrumento legislativo e expandir a formação de recursos humanos.

Os PCNs de História

Os PCNs traçam um perfil para o currículo dando forma a novas competências para a entrada dos jovens na vida adulta, defendendo aspectos como a interdisciplinaridade, fornecendo temas transversais para sua organização. Existe uma orientação para que os professores mantenham um diálogo aberto com seus alunos e que os orientem com seus métodos respeitando a realidade da escola, dos alunos, do entorno social aonde se localizam.

De acordo com os PCNs (2010, p.78-79) recomenda-se:

- Questionar os alunos sobre o que sabem, quais suas idéias, opiniões, dúvidas e/ou hipóteses sobre o tema em debate e valorizar seus conhecimentos;
- Propor novos questionamentos, fornecer novas informações, estimular a troca de informações, promover trabalhos interdisciplinares;
- Desenvolver atividades com diferentes fontes de informação (livros, jornais, revistas, filmes, fotografias, objetos etc.) e confrontar dados e abordagens;

- Trabalhar com documentos variados como sítios arqueológicos, edificações, plantas urbanas, mapas, instrumentos de trabalho, objetos cerimoniais e rituais, adornos, meios de comunicação, vestimentas, textos, imagens e filmes;
- Ensinar procedimentos de pesquisa, consulta em fontes bibliográficas, organização das informações coletadas, como obter informações de documentos, como proceder em visitas e estudos do meio e como organizar resumos;
- Promover estudos e reflexões sobre a diversidade de modos de vida e de costumes que convivem na mesma localidade;
- Promover estudos e reflexões sobre a presença na atualidade de elementos materiais e mentais de outros tempos e incentivar reflexões sobre as relações entre presente e passado, entre espaços locais, regionais, nacionais e mundiais;
- Debater questões do cotidiano e suas relações com contextos mais amplos;
- Propor estudos das relações e reflexões que destaquem diferenças, semelhanças, transformações, permanências, continuidades e descontinuidades históricas;
- Identificar diferentes propostas e posições defendidas por grupos e instituições para solução de problemas sociais e econômicos;
- Propor aos alunos que organizem suas próprias soluções e estratégias de intervenção na realidade (organização de regras de convívio, atitudes e comportamentos diante de questões sociais, atitudes políticas individuais e coletivas etc.);
- Distinguir diferentes padrões de medidas de tempo, trabalhar com a idéia de durações e ritmos temporais e construir periodizações para os temas estudados;
- Solicitar resumos orais ou em forma de textos, imagens, gráficos, linhas do tempo, propor a criação de brochuras, murais, exposições e estimular a criatividade expressiva.

Dessa forma compreende-se que os métodos e procedimentos de ensino devem estar sempre em constante adaptação para que os conteúdos ensinados sejam realmente significativos para os alunos e ajudem na formação integral do sujeito.

Livros didáticos de História dos anos 1980 e os atuais

Nos anos 80, iniciaram-se estudos sobre a utilização dos livros didáticos, hoje com o fenômeno da globalização o conteúdo e as práticas passam por um período de grande redefinição, haja vista as tecnologias educacionais que colocam em xeque a própria utilização do livro didático.

Os livros didáticos da década de 80 contavam com lacunas históricas com uma visão fragmentada, tradicional, muito distante da realidade do aluno. A valorização de noções de tempo, datas comemorativas, origem étnica do povo e costumes eram ensinado sem problematizar a questão do aluno em sociedade.

Esse posicionamento dos livros dos anos 80 reflete a limitação da educação na época que permeia variáveis ideológicas, técnicas e econômicas. A linguagem usada nesses livros, na maioria das vezes era inacessível para o público infantil e juvenil. Hoje, os livros já possuem uma linguagem mais direcionada que ajuda na formação de alunos mais autônomos.

Os livros atuais apreendem o conhecimento histórico em sua essência, as informações são traduzidas para facilitar o diálogo entre alunos e professores, esse diálogo certamente ajuda no ensino do conhecimento histórico.

Anos após o advento da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96 e os PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais, o ensino de História atual está ligado ao contexto neoliberal, ao desenvolvimento de novas tecnologias, bem como a consolidação da democracia no Brasil.

Esse posicionamento advém de mudanças na política educacional e no ensino de História, que foram conquistadas após lutas ocorridas desde os anos 80 e, também, pelo advento da Constituição Federal de 1988.

A partir de 1994, os livros didáticos passaram a ser avaliados, e nos anos seguintes a institucionalização desse processo foi sedimentada.

Em 1996, programas de formação docente foram instituídos pela LDB, onde a formação universitária de professores do ensino fundamental e básico passa a ser uma exigência.

Na LDB de 1996 foram desenvolvidos programas e projetos de formação docente pelos governos federal, estaduais e municipais, com ênfase na titulação universitária dos professores das séries iniciais do ensino básico e fundamental.

A LDB, Lei 9.394/95, ainda apontou diretrizes para o ensino de História dando ênfase no estudo da História do Brasil, por intermédio: "das matrizes indígena, africana e europeia na formação do povo brasileiro", conforme exposto no Parágrafo 4º do Artigo 26 da LDB.

Percebe-se que os livros didáticos atuais estão voltados para o reforço do caráter formativo da História na consolidação da cidadania, identidade, respeito à pluralidade cultural e a democracia.

Sobre o conteúdo a ser ensinado, os PCNs trouxeram eixos temáticos com o desdobramento de sub-temas para os quatro anos iniciais do Ensino fundamental, vemos:

I) História local e do cotidiano, subdividida em dois subitens: localidade e comunidades indígenas;

II) História das organizações populacionais, subdividida em: deslocamentos populacionais, organizações e lutas de grupos sociais e étnicos, e organização histórica e temporal.

Para os anos finais do Ensino fundamental, os PCNs propõem outros dois eixos temáticos:

D) História das relações sociais, da cultura e do trabalho, subdividida em: as relações sociais, a natureza e a terra e as relações de trabalho;

II) História das representações e das relações de poder, desdobrada, também, em dois subitens: nações, povos, lutas, guerras e revoluções; cidadania e cultura no mundo contemporâneo.

Os PCNs também estabeleceram os temas transversais (para todas as disciplinas): Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo.

As utilizações desses eixos temáticos são fruto de um grande debate curricular ocorrido no Brasil nos anos 80, que criticava os currículos tradicionais, baseados em datas cristalizadas, sem desenvolvimento de uma reflexão crítica e consistente sobre os fatos históricos.

As modificações inseridas no LD, marco fundamental na história da luta antirracismo no Brasil, a Lei nº 10.639 de 2003 constitui um momento importante no processo de democratização da sociedade brasileira, iniciado quando os negros pós-abolição perceberam que era por meio da educação formal que conseguiriam a inclusão na sociedade em processo de modernização. Porém, sendo a educação com base em valores eurocêntricos, o ambiente escolar configurava-se, ele mesmo, um mantenedor das desigualdades e da discriminação, que inferioriza o negro sem proporcionar a este segmento da população as condições necessárias para que alcançasse novos patamares na sociedade (MARINGONI, 2011).

O trajeto até a promulgação da Lei nº 10.639 foi marcado pela luta e pelo debate, pela denúncia das desigualdades na nossa sociedade provocando a reflexão sobre sua diversidade e diferenças culturais. Na Convenção Nacional do Negro realizada em 1945 e 1946 em Rio de Janeiro e São Paulo, intelectuais e ativistas negros requisitaram o posicionamento das autoridades em favor de medidas afirmativas. Os movimentos sociais dos anos 1970, a retomada das organizações negras após 1978 e a Constituinte de 1988 contribuíram para a pavimentação do caminho para a realização da “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida”, no início dos anos 1990.

Seus organizadores foram recebidos no Palácio do Planalto pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a quem entregaram o “Programa de Superação do Racismo e Desigualdade Social” (FREITAS, 2014).

A partir do “Programa” o governo Fernando Henrique promoveu a revisão de livros didáticos visando a eliminação da estereotipação dos negros e sua associação a valores pejorativos. Em 1998, o Ministério da Educação lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais (PCNs – TT), um guia para o trabalho do docente. Porto Alegre, Belo Horizonte, Belém, Aracaju, Teresina, Brasília e São Paulo foram as primeiras cidades brasileiras a incluir o conteúdo de história dos negros no Brasil e no continente africano nos ensinamentos fundamental e médio das escolas da rede pública (FREITAS, 2014).

A pressão, a mobilização dos Movimentos Negros e os debates continuaram crescendo até que em 2003, a Lei nº 10.639 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação com os seguintes artigos:

Art. 26 – A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1ª – O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.

§ 2ª – Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

A Lei nº 10.639/03 propõe, portanto, novas diretrizes para o estudo da História e da cultura afro-brasileiras e africanas, formadoras da sociedade brasileira, passando o negro de escravo passivo a sujeito histórico, protagonista; valorizando o pensamento e a produção intelectual de negros brasileiros, indo além da música e do futebol, do candomblé e da capoeira. A lei visa à promoção do acolhimento e do pertencimento racial, o enfrentamento das formas de preconceito, a reeducação das relações étnicas e raciais, possibilitando aos alunos afrodescendentes os instrumentos culturais necessários para que valorizem a si mesmos, suas origens e seu grupo de pertencimento.

De acordo com estudos de Felício (2008), para o aluno não afro descendente, compreender que a experiência social do mundo é mais abrangente que a sua experiência pessoal e local, que o mundo se constitui não apenas pelo seu grupo social, mas por diferentes grupos sociais, etnias e raças, por outras civilizações e histórias, assim o ajudará no combate do racismo aprendido fora e antes da escola.

A Organização das Nações Unidas (ONU) deu início a “Década dos Afros descendentes” em 2013 (2013-2022), ano em que completou dez anos de sancionada a Lei nº 10.639/03 pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O início da celebração dessa década mostra uma sedimentação da supracitada lei evidenciando que existe uma tendência mundial para a adoção de práticas educativas que intuem levar a reflexão sobre diferenças raciais e étnicas para as escolas.

Em 2005, a nova Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação, produziu documentos para auxiliar na implementação da Lei 10.639 os seguintes títulos:

- “Superando o racismo na escola”;
- “Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03”;
- “História da educação do negro e outras histórias”.

O documento “Superando o racismo na escola” visa levar uma reflexão sobre a importância da preparação de livros didáticos sem conteúdos intolerantes e racistas. E, sobretudo, esse documento preconiza que os livros didáticos devem contribuir para a reflexão sobre os diversos grupos étnicos na constituição da sociedade brasileira.

Já o documento “Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03” traz uma reflexão sobre a importância de se levar para os cotidianos escolares projetos políticos pedagógicos que promovam uma educação igualitária, abraçando diferentes raças, gêneros, condições sociais. A educação fomentada aqui tem por objetivo a formação integral do sujeito, respeitando seus valores, cultura, raça e entorno social.

Por fim, o documento "História da educação do negro e outras histórias", traz apontamentos sobre a exclusão de alunos negros dos sistemas educacionais, lançando uma crítica sobre as alternativas forjadas pelo movimento social negro para enfrentar as desigualdades. O documento fornece saberes para que docentes elaborem ou implementem estratégias para inclusão dos alunos independentes de cor, raça ou condição social.

A pluralidade cultural é tema de estudo de várias áreas de conhecimento e a troca entre culturas diferentes amplia o repertório de conhecimento dos envolvidos. O resgate da cultura africana enriquece o patrimônio cultural de todos os brasileiros (FREITAS, 2014).

Como vimos esses documentos trazem subsídios para que a formação dos docentes seja voltada para uma educação inclusiva e de respeito para com a cultura africana que não pode ser dissociada dos temas transversais da educação brasileira. A escola ao abordar as temáticas africanas, valoriza as raízes da cultura nacional, a adoção dessa estratégia educativa é essencial na formação de uma identidade que formará o aluno como um cidadão pensante e reflexivo.

No Brasil, o processo de colonização postulou várias teorias sobre as práticas sociais dentro da sociedade a partir de uma referência do branco / eurocêntrico que procurou e ainda procura o não-reconhecimento de negros ancestrais africanos como sujeitos capazes de construir uma identidade para si.

As condições fundamentais para a construção da identidade desses povos são negligenciadas, com base em uma alteridade do olhar sobre eles e que têm sido constantemente negadas. A construção de uma identidade se vê distorcidamente, pois foram criados mitos sobre a identidade afro-brasileira com o objetivo de substituir o mito, pela incorporação da alteridade

subalterna, através de mecanismos fundadores ideológicos de fetiches que não contribuem em nada para reconhecer, respeitar a dignidade negra em nosso país.

A abolição da escravatura, ou o término do processo de escravização dos negros no Brasil não significa, dessa forma, reconhecimento da contribuição cultural, social e histórica das populações de origem Africana para a formação de nossa nação, mas a perpetuação de um sistema de segregação racial que ficou sustentada no campo teórico como na teoria do racismo cordial presente no pensamento de Gilberto Freyre (1935); não permitindo a integração do negro na sociedade brasileira e não dando o reconhecimento do seu histórico e contribuição cultural para a formação do nosso país.

O reconhecimento no campo teórico das teorias e práticas racistas disseminadas em toda a nossa história e defesa da integração do negro na sociedade de classes por Florestan Fernandes (1975), foi importante tanto na academia como no ambiente social, mas insuficiente para superar a condição subalterna em que o negro foi retratado ao longo da história da historiografia brasileira.

A partir de uma releitura da nossa história, inseridos em um debate global sobre um novo pan-africanismo - aterrado no estudo e na compreensão das várias diásporas africanas em todo o mundo, e assim particularmente da diáspora África-Brasil, procuramos, aqui, pontuar teoricamente novas referências que ecoam na academia e na sociedade brasileira, que sejam capazes de resignificar o conhecimento produzido sobre a contribuição dos antepassados africanos para formação de nossa sociedade e nossa nação, com a finalidade de reconhecer o legado cultural, histórico e social de desenvolvimento de nosso povo. Nesta perspectiva, procura-se inserir neste estudo a articulação dos conhecimentos produzidos por intelectuais de diversas diásporas africanas para a importância positiva do pan-africanismo.

Este movimento no Brasil, que tem raízes na luta dos negros contra escravização cuja principal referência foi a organização de quilombos, em particular o Quilombo dos Palmares, como um símbolo da luta pela liberdade; através dos movimentos de resistência contra o racismo praticado em relação ao nosso povo.

Vitórias destacam-se especialmente quando, no ano de 2003 foi aprovado pelo Governo Brasileiro Lei Federal nº 10.639, de 09 de Janeiro de 2003, que estabeleceu o estudo obrigatório de História africana e cultura afro-brasileira, bem como da contribuição das populações de matrizes africanas no Brasil para a formação da identidade nacional. Esta lei e as suas leis correlacionadas refletem sobre a educação das relações étnico-raciais na educação. O Brasil, com um foco na superação de práticas escolares discriminatórias e excludentes trás novas posturas promovendo o respeito e a aceitação, que é de direito, dos estudantes negros e ancestrais africanos no espaço escolar.

Ressalta-se que a Lei Federal 11.645, de 10 de março de 2008, não revogou as leis anteriores, mas acrescentou a obrigatoriedade dos estudos referentes à questão indígena e dos

negros. O texto das novas diretrizes na verdade traz uma redefinição das três etapas da educação básica: educação infantil; o ensino fundamental obrigatório e gratuito, com duração de nove anos, organizado e tratado em duas fases: a dos cinco anos iniciais e dos quatro anos finais; e o ensino médio, com duração mínima de 3 anos.

Sobre a estrutura curricular, a Lei Federal 11.645/08 versa que deverá haver uma integração de base comum nacional, os ensinamentos de História e Geografia estão contemplados no Item C do artigo 14, que estabelece como componente curricular: "o conhecimento do mundo físico, natural, da realidade social e política, especialmente do Brasil, incluindo-se o estudo da História e das Culturas Afro-Brasileira e Indígenas."

Novas propostas: a ludicidade nos livros didáticos

Explorar o lúdico nos livros didáticos é controverso, haja vista que muitas vezes os jogos são entendidos como momentos para entretenimento apenas. Para que os livros didáticos sejam atraentes para os alunos é necessário que neles constem atividades lúdicas, como brincadeiras e jogos (ARNAY, 1998).

Os docentes compreendem a importância de um livro didático, para que os conteúdos atendam às necessidades dos alunos ele deve ser flexível e diversificado, ele é uma ferramenta de apoio aos educadores. Estudos de Macedo e Passos (2005) pontuam que os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar possuem alguns indicadores que englobam: o prazer funcional, desafio e surpresa, possibilidades, dimensão simbólica e expressão construtiva. Com a análise desses indicadores é possível refletirmos sobre as atividades lúdicas nas escolas bem como o seu teor nos livros didáticos.

Tabela 1: Indicadores de ludicidade

INDICADOR	CARACTERÍSTICAS
Prazer funcional	<ul style="list-style-type: none">•Oferecer prazer à criança.•Desafiar a criança por meio de jogos e brincadeiras que são divertidas e promovem interação entre elas.•Ser clara, simples, direta, com tempo

	adequado, constante e surpreendente.
Desafio e surpresa	<ul style="list-style-type: none"> •Promover o desafio, por exemplo, por situações problema. •Apresentar um obstáculo a ser vencido e que para isso exija um esforço. •Ser surpreendente pelo fato de não se controlar todo o resultado. •Incentivar a investigação, a curiosidade e a expressão pessoal.
Possibilidades	<ul style="list-style-type: none"> •Ser necessária e possível de ser realizada. •Ser compatível com os recursos internos (habilidades e competências) e externos (objetivos, espaço, tempo e pessoas) das crianças que a realizarão. • Ser uma atividade possível de ser realizada de forma plena. •Fazer algum sentido para quem a expressa.
Dimensão simbólica	<ul style="list-style-type: none"> • Serem motivadas e históricas (existindo um correspondente pessoal ou grupal). •Fazer sentido para as crianças para evitar a desatenção e o desinteresse. •Fazer sentido: Existência de correspondência entre aquilo que se faz e a criança.

<p>Expressão construtivista</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desafio de considerar algo segundo diversos pontos de vista, dada sua natureza relacional e dialética. • Faz parte do lúdico um olhar atento, aberto, disponível para as muitas possibilidades de expressão. • Promover a errância: Forma curiosa, atenta, porem aberta de fazer alguma exploração. • Apesar da errância, objetiva um foco, tem uma direção a chegar, um sentido.
---------------------------------	--

Fonte: Adaptado de Macedo e Passos (2005)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a existência de processos de avaliação do livro didático através do PNLD brasileiro desde a década de 1990, bem como o reforço de critérios de aprovação, verifica-se que apesar dos progressos alcançados em relação à qualidade dos livros nos últimos 15 anos, devem ser reconhecidos os limites do modelo em relação ao controle sobre o conteúdo apresentado.

Nesse estudo em seu viés crítico pontua que alguns livros aprovados pelo PNLD ao longo deste tempo e, por conseguinte, oferecido para a escolha de professores permitem afirmar:

a) Os livros não atendem de modo completo com critérios específicos nos Editais sobre a valorização de experiências culturais de diferentes disciplinas.

b) Em muitas situações, alguns conteúdos reforçam a exclusão e desvalorização da cultura rural.

c) Nos livros, texto e imagens ainda apresentam problemas no que diz respeito a compreensão das culturas africanas e indígenas, em sua relação com a cultura brasileira, ignorando a diversidade cultural destes grupos e visão estereotipada dos mesmos.

Confrontando os critérios e resultados da avaliação, verificando a permanência de problemas como observado por investigadores, apesar dos processos desenvolvidos ao longo

dos últimos anos pelo Ministério da Educação, os limites do PNLD são evidentes no controle absoluto dos conteúdos das obras; por outro lado, este estudo reafirma a importância dos professores como profissionais qualificados para exercer a análise crítica de livros.

Assim, a resposta dada pela pesquisa acadêmica mostrou que os problemas de inadequação ainda persistem não apenas em conteúdo, mas também pela presença e pelo uso de propostas metodológicas tradicionais já defasadas, portanto, a atenção e críticas de professores para analisar e usar livros em suas aulas deve enfatizar também a necessidade de melhorar a ação do professor no processo de seleção e uso de manuais de ensino, uma vez que são os professores que fazem a mediação com o conhecimento em sala de aula.

Entende-se que é desejável e necessário que os livros sejam transformados em objetos de pesquisa na formação inicial e contínua dos professores de História, para que a qualidade do ensino seja sempre uma busca constante nos meandros educacionais.

Observa-se que houve avanços significativos nos livros didáticos em consonância com a legislação educacional brasileira que trata da abordagem da cultura afro e indígena, aparece hoje .

Então, quando falamos no livro didático hoje, percebemos que muito foi mudado. O que temos não é o ideal, mas se compararmos com os dois anos de 1980 para trás, verificaremos que este teve um avanço significativo por força das leis como: a Lei 9394/93, os PCNs, os temas transversais, a Lei 10.639/03 e 11.645/08, os compromissos assumidos pelo Brasil em Conferências Mundiais sobre melhoria da educação com participação de órgãos internacionais como UNESCO, UNICEF e o Banco Mundial (BIRD), os programas de formação docente do ensino fundamental que passa a ser uma exigência, e várias outras ações foram implementadas no sentido de levar o jovem a uma consciência e participação no seu convívio como cidadão e agente social de transformação da sociedade, independente de cor, etnia, ou posição social a qual pertença.

A pluralidade cultural passa a ser tema de estudo de várias áreas de conhecimento e a troca entre culturas amplia o repertório de conhecimento dos envolvidos. O resgate da cultura africana enriquecendo o patrimônio cultural de todos os brasileiros

Com base no exposto, é claro que essas mudanças não foram advindas de graça, foram fruto de muita luta de professores e intelectuais da educação juntamente com os movimentos sociais e a sociedade civil na busca de uma sociedade mais igualitária e digna, com respeito à diversidade existente em nosso país.

REFERÊNCIAS

MASETTO, Marcos. **Docência Na Universidade**. São Paulo, Papirus. 1998.

BRASIL. **PNLD. 2010**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld/item/2348-guia-pnld-2010>.

BRASIL. **PNLD 2014**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld/item/4661-guia-pnld-2014>

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf

FEIJÓ, O. G. **Corpo e Movimento**. Rio de Janeiro: Shape, 1992.

ANTUNES, Celso. **Educação – Prioridade Imprescindível**. Vozes: Petrópolis, 2010.

SILVA, Janssen F. Hoffmann, Jussara; ESTEBAN, Maria Tereza. **Práticas avaliativas e aprendizagem significativa**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BITTENCOURT, Circe. **Em foco: história, produção e memória do livro didático**. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, 2004, v. 30, n. 3. pp. 471-473.

_____. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005

_____. **Livros didáticos de História: práticas e formação docente**. In: DALBEN, Angela (Org.).et.al. **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. P.544-561.

LAJOLO, Marisa. **Livro didático: um (quase) manual de usuário**. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1033/935> Acesso em 16/01/2016.

CHOPPIN, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. **Revista História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 9-75, Jan/Abr 2009. Disponível em: <<http://fae.ufpel.edu.br/asphe>>. Acesso em 25/09/2016

GERALDI, J.W. **O texto na sala de aula**. Cascavel: Assoeste, 2007.

TEBEROSKY, A. **O conhecimento cotidiano, escolar e científico no domínio da linguagem escrita**. In: RODRIGO, M. J.; ARNAY, J. (Org.). Domínios do conhecimento, prática educativa e formação de professores. São Paulo: Ática, 2008.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96 de 20 de novembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário oficial da União. Brasília, DF, 23 de dez. 1996.

MARINGONI, Gilberto. História – o destino dos negros após a Abolição. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, IPEA, Brasília, ano 8, ed.70, Dezembro/2011. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23>. Acesso em 25.09.2016

FREITAS, Patrícia de. Avanços na inclusão da temática de história e cultura afro-brasileira e africana. PNLD Ensino Médio 2012 e a lei 10.639. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 379-394, jul./dez. 2014. Acessado em: 28.10.2015

FELÍCIO, Helena Maria dos Santos. **Currículo e Emancipação**: redimensionamento de uma escola instituída em um contexto advindo do processo de desfavelização. Tese (Doutorado - Programa em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala** - Edição Comemorativa. 50ª edição. Rio de Janeiro: Global. 1935.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo: Ática, v.1, 1975.

ARNAY, J. Reflexões para um debate sobre a construção do conhecimento na escolar: rumo a cultura científica escolar. In: RODRIGO, M. J.; ARNAY, J. **Conhecimento cotidiano, escolar e científico: representação e mudança**. São Paulo: Ática, 1998.

MACEDO, Lino e PETTY, Ana Lucia Sícoli e PASSOS, Norimar Chiste. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**. Ed. Artmed: São Paulo, 2005.